



Uma crise de múltiplas dimensões: uma reflexão sobre o processo de integração regional da Europa próximo de completar sete décadas

A multiple-dimension crisis: reflections on Europe's regional integration process close to completing seven decades

Una crisis multidimensional: una reflexión sobre el proceso de integración regional de Europa cerca de completar siete décadas

Patrícia Nasser de Carvalho¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2020v17n1p2

Recebido em: 21 de dezembro de 2018
Aprovado em: 19 de agosto de 2019

Resumo

Após quase sete décadas em curso, o processo de integração regional da Europa experimenta a sua mais grave crise, que tem múltiplas dimensões. A partir de uma leitura conjuntural, o objetivo deste artigo é refletir sobre como se caracteriza essa atual crise, de que forma ela impõe desafios e quais são eles.

Palavras-chave: *Europa. Integração Regional. Crise.*

Abstract

After almost seven decades in progress, Europe's regional integration process is experiencing its most serious crisis, which is a multiple-dimensions one. From a conjuncture analysis, the objective of this article is to reflect on how this current crisis is characterized, how it imposes challenges and what they are.

Keywords: *Europe. Regional Integration. Crisis.*

Resumen

Después de casi siete décadas en progreso, el proceso de integración regional de Europa experimenta su crisis más grave, que tiene múltiples dimensiones. A partir de una lectura conyuntural, el objetivo de este artículo es reflexionar sobre cómo se caracteriza esta crisis actual, cómo impone desafíos y cuáles son ellos.

Palabras clave: *Europa. Integración regional. Crise.*

1 Doutora em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8152-9779>.

O processo de integração regional da Europa experimenta a sua mais grave crise de múltiplas dimensões com traços de crise estrutural. Pensar esse processo de forma crítica, a partir de uma leitura conjuntural, quando ele está próximo de completar sete décadas, é um exercício que permite refletir sobre seus pontos de fragilidades e seus desafios atuais, a despeito dos seus históricos alcances e inovações em vários aspectos das relações internacionais.

Em termos fiscais, essa crise é consequência da Crise da Zona do Euro e da grande dificuldade de solucioná-la de maneira coordenada. A união monetária, em construção desde o início dos anos 1970, mas em vigor desde a década de 1990, submeteu todos os seus membros, em estágios diferentes de desenvolvimento político e econômico, a denominadores comuns em termos de disciplina macroeconômica sem dispor de instrumentos compatíveis com as condições de cada um. O choque de consequências assimétricas, provocado pela crise financeira norte-americana de 2008, explicitou ainda mais as falhas estruturais da integração monetária. As economias da Zona do Euro se dividiram em credoras, da parte norte ou do centro, e devedoras, localizadas ao sul ou na periferia do continente. Isso aconteceu porque os países da periferia europeia, sobretudo a Grécia, experimentaram largos déficits fiscais, em razão da abundante oferta de crédito e baixas taxas de juros em seus mercados, no início dos anos 2000, além de desequilíbrios acumulados na balança comercial e aumento dos custos trabalhistas, tendo em vista a rigidez estrutural das suas economias e crescimento econômico com endividamento em anos anteriores. Em 2009, quando os impactos da crise financeira norte-americana atingiram a Europa, o mercado de crédito privado entrou em colapso, aprofundando os déficits

fiscais e, conseqüentemente, as dívidas públicas desses países. Assim, difíceis negociações para a adoção de programas de socorro financeiro a governos e bancos subordinaram os membros mais frágeis da Zona do Euro a diversas combinações de políticas de austeridade fiscal e de reformas estruturais draconianas (HALL, 2016), as quais geraram mais desequilíbrios e desagrados.

Isso ocorreu porque a partir de 2010, a saída para a crise fiscal, que se configurou na Zona do Euro, foi conduzida por processos de barganha por concessões entre as instituições da União Europeia (UE) e as economias nacionais da Zona do Euro. Desde os anos 1990, a política monetária dos Estados membros da UE seguia as diretrizes da autoridade supranacional, o Banco Central Europeu (BCE). Isso implicou em menor autonomia decisória sobre elas por parte dos governos nacionais. No que se refere à política fiscal, embora suas metas também fossem comuns aos Estados membros, ela permaneceu a cargo dos governos nacionais e era rigorosa ao estabelecer limites de gastos e de dívidas públicas. Por esse motivo, a política fiscal se tornou uma das questões mais prementes da perspectiva das autoridades nacionais e europeias, tornando-se um tema politizado, ao sujeitar as economias desequilibradas a uma severa disciplina macro. A política monetária, em contrapartida, manteve-se uma questão mais técnica.

No auge da crise, entre 2010 e 2011, e na ausência de um “emprestador de última instância” ou uma estrutura política centralizada e teoricamente preparada para lidar com as crescentes dívidas públicas, a Troika – composta pela Comissão Europeia, pelo BCE e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) –, passou a supervisionar ainda mais rigorosamente a política fiscal dos Estados periféricos (CAPORASO; RHODES, 2016). Além disso, ela proveu assis-

tência financeira para os países mais vulneráveis a partir da criação de fundos e instrumentos, aplicados essencialmente no âmbito intergovernamental. Insuficientes para restabelecer o equilíbrio macroeconômico (MARZINOTTO, 2016), na prática, essas medidas paliativas esconderam o fracasso de décadas do projeto neoliberal de integração da Europa dirigido por uma elite transnacional desde os anos 1980, beneficiada com a transnacionalização e a globalização da economia europeia (VAN APELDOORN, 2012).

Dessa forma, além de seguir as diretrizes comuns de políticas macroeconômicas estipuladas pelas instituições comunitárias para a formação da União Monetária Europeia (UME), como taxas de câmbio fixas e regimes de economia política, as quais deixaram pequeno raio de manobra aos Estados membros da UE para gerir sua política monetária, desde os anos 1970, os países mais vulneráveis da periferia europeia sofreram de distintas formas com o rigoroso plano de ajustes, sobretudo após a crise da Zona do Euro. Frente à pressão para liberalização do capital nos mercados financeiros desregulados pelas economias mais fortes, as quais aspiravam, prioritariamente, à estabilidade macroeconômica e à desregulamentação financeira, a flexibilização de salários se tornou um mecanismo de ajustamento, colocando mais tensão sobre países que já eram deficitários (STOCKHAMMER, 2014), os que eram também os economicamente mais fragilizados.

Por conseguinte, os conflitos políticos dominaram as respostas à Crise da Zona do Euro. O Banco Central expandiu suas funções no amplo escopo das negociações com os Estados membros. O Conselho Europeu, formado pelos chefes de Estado e de governo, além do seu presidente e o da Comissão Europeia, ganhou

mais poder do que inicialmente concebido pelo Tratado de Lisboa (em vigor desde 2009). Em certa medida, em algumas áreas, o Conselho tomou o espaço, que anteriormente era da Comissão Europeia, sobretudo no que se refere ao seu papel de proponente de agenda e de iniciadora das propostas legislativas (FABBRINI, 2013). Especialmente nas áreas bancária e de política fiscal, o tradicional método comunitário de tomada de decisões, – centrado na tríade Comissão Europeia-Parlamento Europeu (PE)-Conselho de Ministros da UE – perdeu força para as decisões centradas em instituições intergovernamentais, que se manifestaram nas cúpulas e em acordos não baseados em tratados, mas dominados por alguns poderosos Estados membros. Antes da crise, a importância do Conselho já crescia; depois dela, face à urgência das respostas às situações de crise, o Conselho ganhou maior *status* político. Essa ascensão foi apoiada por forças muito poderosas, em particular pela Alemanha. Portanto, na área monetária e bancária, o poder político das instituições intergovernamentais prevaleceu sobre o supranacionalismo da Comissão Europeia, criada para ser a instância responsável pela elaboração de propostas de novos atos legislativos europeus, e onde deveriam ser buscadas soluções comunitárias para a retomada do equilíbrio macroeconômico a partir do gerenciamento compartilhado de recursos para resgates de economias (OTERO-IGLESIAS, 2017).

Como consequência disso, grande parte das economias europeias periféricas enfrenta, há mais de uma década, estagnação ou baixo ritmo de recuperação, altos índices de desemprego e gradativos obstáculos à melhoria da sua competitividade, revertidos na crescente desigualdade socioeconômica e de salários (DUNGACIU, 2017). Esse cenário pode ser explica-

do também pelo fato de que a crise fiscal das economias da Zona do Euro se transformou em uma crise financeira (BULMER; JOSEPH, 2016), tendo em vista que a ameaça de bancarrota dos países do Sul face às suas altas dívidas públicas deixou os bancos do Norte altamente expostos ao risco e as economias credoras dessa região pouco abertas à concessão de novos créditos (SCHIMMELFENNING, 2018).

A crise do processo de integração regional da Europa tem como uma de suas outras vertentes a crise migratória, um tema que, da perspectiva de políticos e de cidadãos, representa uma ameaça externa, pois a entrada de migrantes é constantemente relacionada ao seu continuado temor de ataques terroristas e outros crimes e com o aumento dos gastos públicos com políticas destinadas a esse grupo. Grandes fluxos de migrantes, os quais há anos chegam às fronteiras da UE por meios ilegais, vindos especialmente do Norte da África e do Oriente Médio, aumentaram drasticamente a partir de 2015 (METCALFE-HOUGH, 2015). Dessa forma, a segurança nacional de cada país se tornou prioridade para muitos governos nacionais europeus, os quais, a despeito de que desde 2003 viessem buscando soluções conjuntas, a partir de uma política de asilo e de refúgio mais integrada através da aprovação de uma série de diretivas e regulamentos comuns, não esperavam que o número de pessoas pedindo refúgio se elevasse em proporções tão alarmantes como nos últimos anos (BUONANNO, 2017).

Com a escalada da pressão migratória sobre a Europa, muitos Estados membros da UE preferiram aplicar soluções individuais de natureza nacionalista, como o fechamento das fronteiras externas, suspendendo parcialmente as regras de livre trânsito na área de Schengen (PIROZZI; TORTOLA; VAI, 2017). Eles tam-

bém se opuseram ao sistema de quotas de refugiados criado para aliviar a situação de países que estão na linha de frente de entrada de fluxos de pessoas, alegando diferenças econômicas e culturais com os migrantes, e que esse sistema estaria em vigor como um instrumento imposto pela Alemanha, a sua maior defensora. Sendo assim, a área de Schengen permanece sem um mecanismo comum de divisão dos custos de recebimento desses imigrantes entre Estados membros e organizações supranacionais que possam, de fato, apoiar de modo coordenado os Estados membros da UE nas áreas de segurança, inteligência, justiça e direitos humanos.

Com efeito, apesar de que a UE tenha avançado em várias políticas relacionadas às suas fronteiras externas, nos últimos anos, a sua abordagem para a imigração irregular e para os exilados ainda não conseguiu se basear na solidariedade e na partilha das responsabilidades (BUONANNO, 2017), como prevê a Política de asilo da UE. As divergências entre os líderes dos países europeus ajudam a alimentar os discursos xenófobos de partidos de extrema direita, que, mais do que nunca, defendem a aplicação de rigor sem precedentes na política de migração.

No que se refere à crise geopolítica, as atitudes confrontantes da Rússia em relação à UE e à comunidade internacional, sobretudo após a anexação da Criméia, em 2014, mostraram a tônica do plano de poder expansivo russo em sua área de influência, além do seu esforço para travar uma guerra normativa com a Europa. Ao erodir o consenso liberal ocidental do pós-Guerra Fria, negar a ideia de mundo unipolar nos dias atuais e apoiar os partidos europeus de extrema direita na UE, os russos se utilizam de meios não convencionais, como *hacking*, espionagem e manipulação da mídia (LIJK, 2018) para se colocar

como uma grande potência global. Além disso, os diversos problemas étnicos, religiosos, políticos e territoriais nos países vizinhos a UE, especialmente na Turquia, onde há a maior concentração de potenciais refugiados e asilados cujo destino é a Europa, e o seu atual governo, que se coloca contra o bloco europeu em variados aspectos, elevam a sensação de vulnerabilidade da sociedade europeia na fronteira com a Ásia.

Em reação, a política de defesa continua se desenvolvendo em nível europeu. Desde que foi apresentada, em 2016, a Estratégia Global da UE (EUGS) para Política Externa e de Segurança Comum (PESC) tem como objetivo promover a cooperação mais estreita em segurança e defesa de maneira mais pragmática, após a identificação dos seus desafios urgentes, além de reafirmar que a ordem internacional deve se assentar em normas e instituições multilaterais.

De fato, esse é um importante passo e um sinal de que a UE busca ampliar a sua projeção internacional. Contudo, ainda parece muito difícil que a Estratégia alcance consenso interno sobre o uso comum das capacidades militares dos Estados membros (PIROZZI; TORTOLA; VAI, 2017). No caso da política externa, acontece o mesmo. Apesar de que a reforma institucional, determinada pelo Tratado de Lisboa tenha melhorado os seus mecanismos decisórios, a posição internacional da UE foi enfraquecida nos últimos dez anos. Enfatizando o *soft power*, a preferência por soluções jurídicas, primando pela democracia como valor histórico e pela diplomacia multilateral como instrumento político, a UE tem enfrentado dificuldades de se ajustar a um mundo multipolar governado cada vez mais pela disputa de poder refletida no aumento das tensões geopolíticas. Poucos Estados Membros estão dispostos a se subordinar à política externa comum da UE

de caráter essencialmente supranacional (LEHNE, 2017). Apesar do Tratado de Amsterdã (1999) ter criado o posto de Alto Representante da PESC e de outras inovações, os governos e as instituições europeias ainda preferem manter relações diplomáticas essencialmente individuais em muitos temas. Como resultado, a UE não consegue ser a potência normativa global que pretende, por exemplo, ao manter relações com países os quais não são democracias e não aceitam interferência em seus assuntos internos. Além disso, mais recentemente, a PESC não parece conferir fôlego para que a UE se coloque no mesmo nível de Estados Unidos e China no jogo competitivo global no comércio e na diplomacia.

Para agravar essa situação, desde a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em novembro de 2016, as relações transatlânticas estão abaladas. As provocações do presidente norte-americano aos líderes europeus e as posições políticas dicotômicas em vários assuntos em ambos os lados do Atlântico parecem esfriar o seu relacionamento, alinhado desde o final da Segunda Guerra Mundial, à medida que se coloca o prospecto de desmobilização norte-americana do sistema regional de segurança coletiva na Europa, representado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de 1948. Em julho de 2018, Trump criticou os europeus por supostamente se “aproveitarem” dos recursos dos Estados Unidos dentro da aliança transatlântica (NYE, 2017). Mesmo que esse sistema não seja desgarnecido no curto prazo, até porque o presidente dos Estados Unidos não é o único ator da política externa desse país, os norte-americanos pressionam a UE para ampliar a sua contribuição financeira à OTAN. Trump ainda vem atacando a unidade europeia e se colocando

contra os pilares do Sistema Internacional liberal multilateral instituído pelos Aliados capitalistas no pós-Segunda Guerra.

As tensões entre os Estados Unidos e a UE acerca do futuro das estruturas globais de governança multilaterais se manifestam em várias áreas. A maior parte das estruturas globais de governança é vista como incapaz de enfrentar os desafios atuais. Elas estão enfraquecidas como alavancas de cooperação transatlântica (WICKETT, 2018), à medida que norte-americanos e europeus estão enfrentando desafios internos e internacionais similares. A dificuldade de competir com a China nos mercados doméstico e internacional é um deles. Suas consequências para a adaptação da estrutura produtiva e a contratação de mão-de-obra são diretas para todos os países do mundo. No caso da UE, efetivamente, as reações políticas nacionalistas e populistas dos partidos que exploram a ideia de que as elites abandonaram as classes trabalhadoras nas últimas décadas cativam os cidadãos (RILEY; GHILLÈS, 2016) e reforçam a ideia de que os Estados membros devem demandar que as políticas comuns sejam adotadas de distintas formas e, dependendo do caso, de modo mais flexível, ou mesmo com múltiplas velocidades (LERUTH; LORD, 2015). Sem dúvida, o Reino Unido é o maior exemplo de integração diferenciada na Europa, muito antes da aprovação de sua saída da UE no referendo popular de junho de 2016, o *Brexit*.

A “crise existencial” da UE como projeto político, econômico e social (SANAHUJA, 2012), em grande medida ainda pode ser creditada às dificuldades das instituições europeias de alcançarem soluções coletivas frente às diversas posições individuais, dada a sua frágil capacidade de harmonização dos interesses políticos e das condições socioeconômicas dos Estados

membros da UE. Philippe Schmitter (1970), experiente pesquisador sobre o processo de integração da Europa, chamou a atenção para isso décadas atrás, ao identificar que o projeto de integração regional da Europa estava sendo construído sobre expectativas frustradas e desapontamentos das suas partes porque não foram institucionalizados mecanismos eficientes no âmago do projeto integrativo para promover a harmonização política, orçamentária e tributária entre os Estados membros. Essa é uma das características de uma unidade federativa da Europa, como previram os primeiros projetos de união no pós-Segunda Guerra Mundial.

Em trabalho mais recente, o mesmo autor conclui, como consequência disso, que a atual crise política da UE não somente ganhou magnitude maior que o esperado, tanto supranacional quanto intergovernamental, mas também parece ter penetrado negativamente nas instituições políticas nacionais dos Estados membros (SCHMITTER, 2015). Embora desde 2009 novas medidas e tratados tenham sido aprovados e introduzidos na tentativa de atenuar as pressões do mercado sobre os Estados membros mais fragilizados da Zona do Euro, eles foram considerados ineficazes pelos mercados financeiros e ilegítimos por muitos cidadãos (FABBRINI, 2013).

De modo especial, nos últimos anos, as dificuldades de manutenção da legitimidade das instituições supranacionais da UE, concentradas em Bruxelas, vêm implicando na diminuição do entusiasmo dos seus Estados membros e da sociedade para apoiar o avanço do processo de integração regional, uma vez que se amplia a sua desconfiança sobre os custos *versus* os benefícios de participar dele. Aos olhos de muitos cidadãos, a UE continua sendo uma tecnocracia (HALL, 2016) e a sua legitimidade

está pautada basicamente na sua capacidade de promover prosperidade no continente. Segundo Habermas (2012), ao longo das décadas, a elite burocrata europeia falhou em reforçar para os cidadãos a história de superação das rivalidades interestatais dos países da Europa, alcançando a paz pela integração.

A fragilidade político-institucional da UE e a sua incapacidade de minimizar insatisfações e harmonizar decisões sobre temas sensíveis resultam nos atuais conflitos distributivos e na frágil coesão política, econômica e territorial entre os seus Estados membros (SANAHUJA, 2012) e cada vez mais em cidadãos que não se sentem parte importante desse projeto porque poucos decidem sobre ele. Apesar de os instrumentos democráticos terem sido fortalecidos na UE, sobretudo com o desenvolvimento e participação dos partidos políticos no Parlamento Europeu (PE), e que o Tratado de Lisboa tenha lhe conferido maior poder de decisão como órgão legislativo, ironicamente foi ampliado o espaço para que os líderes nacionais protegessem sistemas políticos domésticos de forma autocrática. Isso pôde ser percebido nos atos autoritários recentes que ocorreram em vários países do Leste Europeu, onde houve vários episódios de cerceamento à liberdade de expressão e restrição de direitos políticos. Isso demonstra que os valores democráticos da UE estão sendo atacados. Assim, a crise política coloca mais pressão sobre o arcabouço político-institucional europeu (PIROZZI, TORTOLA; VAI, 2017), que repercute no crescente euroceticismo.

Por fim, há uma crise de liderança na UE. A Alemanha, que historicamente teve esse papel no processo de integração da Europa, parece relutar em se colocar no frente das negociações em defesa da união política e das instituições supranacionais. Ainda que ela continue reto-

ricamente afirmando que o caminho político para a UE é a concessão de soberania nacional dos Estados membros às instituições comunitárias supranacionais e uma união cada vez mais federalizada da Europa (OTERO-IGLESIAS, 2017), a sua posição reflete o desejo de que as instituições europeias sigam, acima de tudo, o modelo alemão de promoção de estabilidade macroeconômica (SCHILD, 2013). Os alemães estão mais empenhados em proteger seus próprios interesses e, por conseguinte, insistem na disciplina fiscal como condição primordial para o avanço da integração regional (PETERSON, 2011). Como consequência disso, a liderança da Alemanha na UE se enfraquece, pois ela não consegue o apoio de muitos dos seus demais parceiros do bloco em outras questões.

Diante deste cenário, próximo do processo de integração da Europa completar sete décadas e face a essa crise de múltiplas dimensões, é provável que ele tenha que continuar se adaptando, mesmo que isso signifique gradativamente mais exceções às regras existentes e integração em diferentes velocidades.

Referências

- BULMER, Simon; JOSEPH, Jonathan. European integration in crisis? Of supranational integration, hegemonic projects and domestic politics. **European Journal of International Relations**, London, v. 22, n. 4, p. 725-748, dez. 2016.
- BUONANNO, Laurie. The European Migration Crisis. In: DESMOND, Dinan; NUGENT, Neil; PATERSON, William E. **The European Union in Crisis**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017, p. 100-130.
- CAPORASO, James; RHODES, Martin. Introduction. In: CAPORASO, James; RHODES, Martin. **The Political and Economic Dynamics of the Eurozone Crisis**, New York: Oxford Academic Press, 2016, p. 1-14.
- DUNGACIU, Dan. "Perfect Storm" in Europe: Towards a New Way of Understanding the European Crisis and its Consequences. In: DUNGACIU, Dan; IORDACHE, Ruxandra. **"Perfect Storm" in Europe: Towards a New Way of Understanding the European Crisis and its Consequences**. Cam-

bridge: Cambridge University Press, 2017, p. 2-24.

FABBRINI, Sergio. Intergovernmentalism and Its Limits: Assessing the European Union's Answer to the Euro Crisis. **Comparative Political Studies**, London, v. 46, n. 9, p. 1-27, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Sobre a Constituição da Europa**: um ensaio. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

HALL, Peter A. The Euro Crisis and the Future of the European Integration. In: HALL, Peter A. (org.). **The Search for Europe**. Madrid: BBVA, 2016, p. 47-67. Disponível em: https://scholar.harvard.edu/files/hall/files/hall2016_insrchofeur.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

LEHNE, Stefan. Is There Hope for EU Foreign Policy?. **Carnegie Europe Paper**, Brussels, p. 1-20, dez. 2017. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/CP_322_Lehne_EU1.pdf. Acesso em 21 out. 2018.

LERUTH, Benjamin; LORD, Christopher. Differentiated Integration in the European Union: A Concept, a Process, a system or a theory? **Journal of European Public Policy**, London, v. 22, n. 6, p. 754-763, mar. 2015.

LIJK, Kadri. Winning the Normative War with Russia: an EU-Russia Power Audit. **European Council on Foreign Relations Policy Brief**, London, p. 1-48, mai. 2018. https://www.ecfr.eu/publications/summary/winning_the_normative_war_with_russia_an_eu_russia_power_audit. Acesso em: 01 nov. 2018.

MARIZINOTTO, Benedicta. 'United We Fall': The Euro Area's Silent Balance of Payment Crisis in Comparison with Previous Ones. In: CAPORASO; James A.; RHODES, Martin. **The Political and Economic Dynamics of the Eurozone Crisis**, New York: Oxford Academic Press, 2016, p. 100-121, METCALFE-HOUGH, Victoria. The migration crisis? Facts, challenges and possible solutions. **ODI Briefing**. Overseas Development Institute, London, p. 1-6, out. 2015. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9913.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

NYE, Joseph S. Trump's Gift to Europe. **Project Syndicate**, Prague, jul. 2017. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/trump-spurs-european-defense-integration-by-joseph-s--nye-2017-07?barrier=accesspaylog>. Acesso em: 10 out. 2018.

OTERO-IGLESIAS, Miguel. Still waiting for Paris: Germany's reluctant hegemony in pursuing political union in the Euro Area. **Journal of European Integration**, London, v. 39, n. 3, p. 349-364, fev. 2017.

PIROZZI, Nicoletta; TORTOLA, Pier D. VAI; Lorenzo. **Differentiated Integration**: a Way Forward for Europe. EU-60. Refounding Europe, Roma: Instituto Affari Internazionali, mar. 2017. Disponível em: https://www.iai.it/sites/default/files/eu60_8.pdf. Acesso em 17 out. 2018.

PETERSON, William. The Reluctant Hegemon? Germany moves centre stage in the European Union. **Journal of Com-**

mon Market Studies, London, v. 49, n. 1, p. 57-75, ago. 2011.

RILEY, Alan; GHILLÈS, Francis. Brexit: Causes and Consequences. **Notes International CIDOB**, n. 159, Barcelona, 2016.

SANAHUJA, José Antonio. Las cuatro crisis de la Unión Europea. In: MESA, Manuela. **Cambio de ciclo: crisis, resistencias y respuestas globales**. Anuario 2012-2013. Madrid: Centro de Educación e Investigación para la Paz (CEIPAZ), 2012, p. 51-83.

SCHILD, Johaquir. Leadership in hard times: Germany, France and the management of the Eurozone crisis, **German Politics & Society**, Oxford, v. 3, n. 1, p. 24-47, mar. 2013.

SCHMITTER, Philippe C. A Revised "Theory of Regional Integration". **International Organization**, Cambridge, v. 24, n. 4, p. 836-868, outono, 1970.

SCHMITTER, Philippe C. Neo-Functionalism as a Theory of Disintegration. **22nd CES Conference**, Paris, July 8-10, 2015, p. 1-39. Disponível em: <https://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/SPS/Profiles/Schmitter/Neo-F-Disintegration.final.pdf>. Acesso em 23 nov. 2018.

SCHIMMELFENNING, Frank. European integration (theory) in times of crisis: a comparison of the euro and Schengen crises. **Journal of European Public Policy**, London, v. 25, n. 7, p. 969-989, mar. 2018.

STOCKHAMMER, Engelbert. The Euro Crisis and contradictions of Neoliberalism in Europe. **Post Keynesian Economics Study Group Working Paper**, London, n. 1401, p. 1-18, jan. 2014.

VAN APELDOORN, Baastian. The eurocrisis and the crisis of neoliberal Europe: Dilemmas for Europe's transnational corporate elite. **Corporate Europe Observatory**, Brussels, 23 abr. 2012. Disponível em: <https://corporateeurope.org/eu-crisis/2012/04/eurocrisis-and-crisis-neoliberal-europe-dilemmas-europe-transnational-corporate>. Acesso em: 15 dez. 2018.

WICKETT, Xenia. Transatlantic Relations Converging or Diverging? Chatham House Report, **US and the Americas Programme**, London, p. 1-89, jan. 2018. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/2018-01-18-transatlantic-relations-converging-diverging-wickett-final.pdf>. Acesso em 03 dez. 2018.